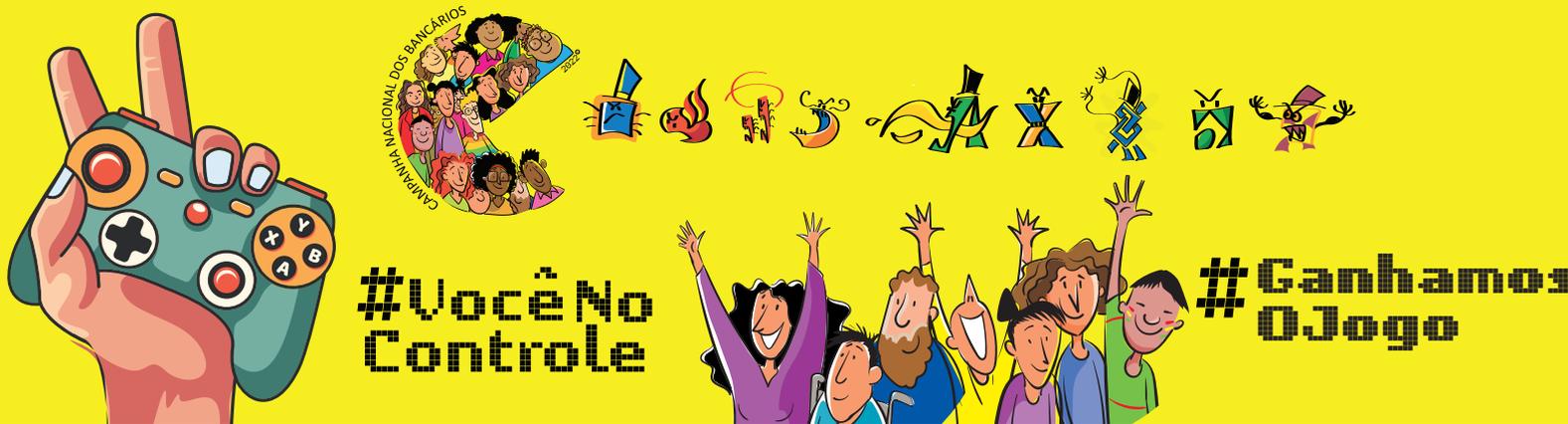




Negociação com a Fenaban deixa claro que bancos tinham a intenção de retirar direitos d@s bancári@s

União dos trabalhadores, mobilizações e habilidade do Comando Nacional mantêm direitos e traz avanços para bancári@s



Indiscutivelmente que, quem acompanhou, minimamente, a negociação com os bancos, pode perceber as tentativas recorrentes de retirada de direitos. A postura dos bancos deixou clara, mais uma vez, o que os dirigentes sindicais tentam explicar a muito tempo: “Os bancos não dão benefícios, tudo o que a categoria recebe é através dos ACTs e da CCT, conquistados e mantidos com muita luta”.



Foram dois meses e meio de negociações duras, em que a categoria bancária teve que enfrentar a intransigência dos bancos com a resistência do Comando Nacional dos Bancários na mesa de negociação e a força das mobilizações dos bancários e bancárias nas ruas e nas redes sociais.

“Foram 19 rodadas de negociação exaustivas, os bancos testaram nossa paciência e insistiam em retirar direitos, propor reajustes abaixo da inflação, mexer na PLR, mas nós resistimos e demos a nossa resposta com o apoio de toda a categoria”, ressalta a presidenta do SEEBCG-MS, Neide Rodrigues, que integra o Comando Nacional e participou de todas as rodadas de negociação.

A primeira proposta dos bancos só foi apresentada depois de protestos em todo o país, no dia 19 de agosto. A Federação Na-

cional dos Bancos (Fenaban) ofereceu reajuste de apenas 65% da inflação. Sem aceitar perda salarial, o Comando Nacional recusou a proposta.

Os bancos então apresentaram novas propostas absurdas, com reajuste para os vales alimentação e refeição de apenas 81% da inflação geral e de apenas 43% da inflação dos alimentos. A Fenaban chegou a propor mudanças na PLR, que iam gerar redução do percentual distribuído pelos bancos para a categoria e ainda compensação do valor pago em programas próprios na parcela adicional.

A proposta foi recusada pelo Comando Nacional e os bancos continuaram insistindo em retirar direitos, com uma proposta de reajuste salarial de 65% da inflação e depois de 75,8% da inflação. Esta última foi recusada em assembleias realizadas com bancários e bancárias de todo o país no dia 26 de agosto.

Durante toda a negociação, os bancos tentaram retirar ainda outros direitos, como a complementação do auxílio doença. Foi apenas na madrugada do dia 31 de agosto, após 19 rodadas de negociação, que a Fenaban finalmente apresentou uma proposta sem retirada de direitos, sem perda salarial e com avanços para categoria bancária.



“É importante que os bancári@s tenham consciência dessa situação, pois o que faz um sindicato forte é uma categoria unida, participativa, associada ao sindicato”, disse a presidenta.

Nova Convenção Coletiva garante manutenção de direitos e avanços para categoria bancária

A nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária garante reajuste salarial sem perdas este ano e ganho real em 2023, aumento nos vales alimentação e refeição, manutenção da PLR e de todos os direitos e ainda traz avanços como a regulamentação do teletrabalho e as medidas de combate ao assédio moral e sexual.

Depois de ser aprovada em assembleias realizadas em todo o país, a CCT foi assinada no dia 2 de setembro e terá vigência até 31 de agosto de 2024. Confira as conquistas:

Salários

- reajuste de 8% (INPC) nos salários em 2022;
- aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) em 2023.

Vales alimentação (VA) e refeição (VR)

- aumento de 10%, além de um adicional de R\$ 1.000,00 em vale alimentação, a ser creditado até outubro de 2022;
- aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) em 2023.

PLR

- regra básica e valores fixos corrigidos pelo INPC e reajuste diferenciado de 13% no teto da parcela adicional;
- reajuste de todos os valores fixos e tetos pelo INPC + 0,5% de aumento real em 2023.

Teletrabalho

- ajuda de custo de R\$ 86,40, com reajuste garantido pelo INPC em 2023;
- controle de jornada;
- fornecimento e manutenção de equipamentos;
- direito à desconexão;
- criação de canal específico para que os trabalhadores em teletrabalho tirem suas dúvidas;
- criação de um grupo de trabalho (GT) bipartite para acompanhar o cumprimento da cláusula.



Assédio sexual

- treinamento de gestores e empregados para prevenção e esclarecimento sobre medidas cabíveis pelos bancos.

Assédio moral e cobrança de metas

- tema será pautado na primeira reunião de negociação de 2023 dos bancos que têm comissões de empresa;
- bancos que não têm comissão de empresa devem realizar reunião específica com a representação dos trabalhadores para tratar do tema, a pedido do sindicato.

Segurança bancária

- criação de um Grupo de Trabalho Bipartite Específico para debater o assunto.

Empregados do Banco do Brasil conseguem barrar alteração da GDP



A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e a direção da empresa também assinaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022-2024 no dia 2 de setembro.

A categoria conseguiu impedir que o banco alterasse os critérios da Gestão de Desenvolvimento por Competências (GDP), para reduzir os atuais três ciclos necessários no descomissionamento para apenas um ciclo de avaliação. O Comando Nacional chegou a paralisar as negociações com a Fenaban, para barrar o retrocesso. O banco se comprometeu a estabelecer uma mesa para discutir, junto com os representantes dos trabalhadores, critérios para o aprimoramento da GDP.

Outra conquista importante foi a revisão do critério da Pontuação Individual do Participante (PIP). A expectativa é que as mudanças na PIP beneficiem, logo de início, mais de 14 mil trabalhadores do BB, associados à entidade de previdência.

O movimento sindical também conseguiu um prazo maior, até abril de 2025, para a compensação das horas negativas em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho Emergencial da Covid-19. A compensação pode ocorrer em até duas horas acima da carga horária diária de trabalho.

Outra opção é a utilização das faltas abonadas para saldar o banco de horas negativas. Os sindicatos também conquistaram anistia para os trabalhadores contínuos e PCDs, que são os enquadrados na condição de pessoa com deficiência.

Outro avanço foi o compromisso de se realizarem mesas para debater, com prioridade, os casos dos trabalhadores de Plataforma de Suporte Operacional (PSO) e dos gerentes de serviço que atuam fora dos grandes centros e acabam acumulando funções.

ACT da Caixa mantém direitos e avança em relação às condições de trabalho e PLR



O novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos empregados da Caixa Econômica Federal também foi assinado no dia 2 de setembro e manteve direitos do último acordo como a manutenção da PLR Social, o adiantamento de férias, o adicional noturno, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e o acordo de teletrabalho nos moldes da CCT.

A PLR também se mantém igual ao acordo de 2020. Além disso, será criado um Grupo de Trabalho (GT) bipartite, com representação dos trabalhadores e do banco, para garantir a transparência no pagamento da PLR.

Outros avanços foram a criação do GT de condições de trabalho, retomar as discussões sobre caixas, tesoureiros e avaliadores, com prazo para a resolução. Também há previsão de possibilidade de ampliar o intervalo de refeição de 30 a 60 minutos para os empregados com jornada de seis horas, sendo assegurado o computo de 15 minutos dentro da jornada de trabalho. Os índices econômicos seguem o acordado entre o Comando Nacional e a Fenaban.



**SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE
CAMPO GRANDE-MS E REGIÃO**

Rua Barão do Rio Branco, 2652
Jardim dos Estados - Campo Grande
(67) 3312-6100

NEIDE RODRIGUES
presidenta

VICENTE CLEBER AIRES RODRIGUES
secretário de Imprensa e Comunicação

TATIANA MARTINS
jornalista responsável - MTB/MS 107

ADRIANA QUEIROZ
jornalista

E-mail: imprensa@sindicario.com.br
Site: www.sindicario.com.br

Mobilizações da categoria bancária pressionam bancos durante a Campanha Salarial



A Campanha Salarial dos Bancários 2022 foi marcada por protestos em todo o país. Enquanto os bancos tentavam enrolar a categoria e retirar direitos, os bancários e bancárias se uniram e realizaram diversas manifestações.

A primeira mobilização ocorreu no dia 19 de agosto por conta da demora dos bancos em apresentar propostas para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Em Campo Grande, ato foi em frente à agência do BB, na Avenida Afonso Pena.

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) apresentou então propostas com retirada de direitos e insistia em impor perdas para a categoria bancária. O SEEBCG-MS foi às ruas novamente para realizar um segundo ato público, desta vez em frente à agência da Caixa Econômica, na Rua Barão do Rio Branco, com faixas e apresentações teatrais. A ação ocorreu no dia 23 de agosto e marcou o Dia Nacional de Luta para cobrar os bancos uma proposta que atenda às necessidades da categoria.

No dia 30 de agosto, novamente a indignação das bancárias e bancários frente às propostas da Fenaban em mesa de negociação com o Comando Nacional motivou protestos em todo o país. Em Campo Grande, a mobilização retardou a abertura de agências bancárias e contou com a presença de diretores do sindicato que dialogaram com os trabalhadores e a população sobre a Campanha Nacional dos Bancários 2022.

